



REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS
E-ISSN 2358.6958

A Comunidade-Grupo: Criação Coletiva e Ontologia do Comum

Leonardo Cesar Ertel Engel

Para citar este artigo:

ENGEL, Leonardo Cesar Ertel. A Comunidade-Grupo: Criação Coletiva e Ontologia do Comum. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1, n. 57, abr. 2026.

 DOI: 10.5965/1414573101572026e0201

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software* | iThenticate



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



A Comunidade-Grupo¹: Criação Coletiva e Ontologia do Comum²

Leonardo Cesar Ertel Engel³

Resumo

Com base em apontamentos críticos de Jan-Luc-Nancy sobre a inoperância do conceito de comunidade a partir da falência da concepção de ontologia do comum (natureza de estar em comunidade), buscamos com este ensaio posicionar as práticas de criação coletiva do teatro de grupo brasileiro como possível resposta metodológica para a criação de comunidades não ontológicas, sustentadas a partir do fazer-se comum enquanto prática ética-artística – a *comunidade-grupo*.

Palavras-chave: Teatro de Grupo. Criação Coletiva. Comunidade. Ontologia.

The Community-Group: Collective Creation and the Ontology of the Common

Abstract

Based on Jean-Luc-Nancy's critical reflections on the inoperability of the concept of community following the failure of the ontological conception of the common (the nature of being in community), this essay seeks to position the collective creation practices of Brazilian group theatre as a possible methodological response for the formation of non-ontological communities, sustained through the act of becoming-common as an ethical-artistic practice – the community-group.


Keywords: Group Theatre. Collective Creation. Community. Ontology.

La Comunidad-Grupo: Creación Colectiva y Ontología de lo Común




Resumen

A partir de las reflexiones críticas de Jean-Luc-Nancy sobre la inoperancia del concepto de comunidad tras el fracaso de la concepción ontológica de lo común (la naturaleza de estar en comunidad), este ensayo busca posicionar las prácticas de creación colectiva del teatro de grupo brasileño como una posible respuesta metodológica para la formación de comunidades no ontológicas, sostenidas a partir del hacerse-común como práctica ético-artística – la comunidad-grupo.

Palabras clave: Teatro de Grupo. Creación Colectiva. Comunidad. Ontología.

¹ Revisão ortográfica, gramatical e contextual do artigo realizada por Milena Leão. Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  leao.milena1@gmail.com

² Trabalho executado durante período de exercício de Bolsa PROMOP – UDESC.

³ Mestrado em Artes Cênicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  leonardoc.engel@outlook.com
 <http://lattes.cnpq.br/5886539043784716>  <https://orcid.org/0009-0004-6268-4628>

Dentre as várias questões que marcam a contemporaneidade, como as crises ambientais, a biopolítica e a gestão de vida, as experiências difusas de esgotamento neoliberal, a polarização e radicalização política, a crise da verdade e da mediação simbólica, construo este artigo a partir da observação de um horizonte também em crise: a falência das grandes narrativas, das utopias e das teologias e, dentre elas, a falência e reconfiguração das formas e dos ideais de comunidade.

El testimonio más importante y el más poderoso del mundo moderno, aquel que reúne tal vez todos los otros testimonios que esta época se encuentra encargada de asumir [...] es el testimonio de la disolución, de la dislocación o de la conflagración de la comunidad (Nancy, 2000, p. 13).

Assim começa *A comunidade inoperante (La Communauté Desoeuvrée*, 1983), de Jan Luc Nancy, obra na qual o autor aponta a falência contemporânea de uma concepção essencialista de comunidade, construindo uma crítica a ideia de um “ser-em-comum” fundado por uma essência compartilhada, como uma natureza comum anterior às relações – capaz de oferecer uma centralidade ontológica a partir da qual o coletivo se organiza. Nessa perspectiva, os sujeitos estariam submetidos a essa essência originária, que ao mesmo tempo os reúne e limita suas possibilidades de individuação.

Ainda que a crítica do autor evidencie o esgotamento contemporâneo de concepções ontológicas de comunidade, não anula o desejo coletivo de comunidade. Ao contrário, produz o que o autor denomina de “nostalgia da comunidade” (Nancy, 2000), uma comunidade do vir a ser, que não pode ser, pois evoca, em sua dimensão ideológica, para além de um aglomerado de forças e pessoas (a sociedade), “o modelo da família e do amor: ela [a comunidade] é desejo de fusão, vontade de comunhão, total domínio da unidade, da intimidade e da autonomia imanente” (Mendes, 2013, p. 29), como um ponto de partida que independe de relações ou de construções entre os indivíduos – um ponto de vista ontológico.

Nancy busca, então, discutir os fundamentos ontológicos das concepções modernas de comunidade e alocar as utopias democráticas do nosso tempo através de perguntas como: é possível fundar uma comunidade? Uma comunidade

já não é um dado ontológico? Estarmos em comum já nos configura como uma comunidade? Assumindo a comunidade em sua dimensão material, é possível perdê-la e viver sob o fantasma da sua nostalgia?

Nancy estrutura sua crítica a partir da experiência nazista na Alemanha, sempre levada adiante em nome de uma comunidade. Para Nancy, é a experiência de extermínio nazista que “es lo que puso término a toda posibilidad de reposar sobre cualquier dato del ser común (sangre, sustancia, filiación, esencia, origen, naturaleza, consagración, elección, identidad orgánica o mística)” (Nancy, 2000, p. 8, tradução própria). Ele propõe, então, uma troca do “ser em comum” por “estar em comum”, ou fazer-se comum, visto que a comunidade é formada, nesse sentido, por indivíduos que se constroem enquanto comunidade, ou seja, “seres que produzem por essência sua própria essência, como sua obra, e que ademais, produzem precisamente essa essência como comunidade” (Nancy, 2000, p. 14, tradução própria). Assim, o que nos define é o estado de estar em relação, como uma ética que se constrói a partir da própria relação, e não a partir de uma herança predeterminada, essencialista ou ontológica, uma “natureza de ser”.

O termo “nostalgia de comunidade” se insere aqui porque, apesar de ser um constructo ideológico muito bem estabelecido e frequentemente invocado por diferentes forças estruturais e operacionais, “do individualismo burguês ao humanismo comunista (diríamos “socialista”), onde se encontra um ideal a ser realizado de pureza e de identidade, está a ‘comunidade perdida” (Mendes, 2013, p.31), esse ideal de comunidade pouco se sustenta em termos materiais e históricos, especialmente a partir das mudanças das quais se ocupa o pensamento moderno. Portanto, sua formação nostálgica remonta uma construção que parte da própria impossibilidade, ou seja, trata-se de um sentimento de nostalgia que parte da comunidade perdida e se constrói a partir da impossibilidade dessa mesma comunidade, que, em termos materiais – uma fusão ontológica de seus membros –, nunca existiu.

Então não, a comunidade não é herdada, nem pode ser perdida. Ela é o que nos conecta, mas não de forma ontológica.

La comunidad no es algo que se haya perdido y que debiéramos volver a



retomar; tampoco es algo que sobrecargado de nostalgia de su origen sea una herencia inherente a la humanidad que camina unida hacia el progreso. La comunidad no estuvo nunca en la Tierra prometida (la comunidad no es un paraíso), ni en la República platónica, ni en el Imperio romano, ni en la Civitas Dei, ni en el Contrato Social o en el Estado Absoluto. Esto es así porque la comunidad no ha tenido lugar (Hewstone; Lagos, 2010).

Nesse sentido, a comunidade se “funda” ao passo que é tão simplesmente um dado constitutivo das nossas relações, que produzem a si enquanto comunidade. E, apesar de pressupor uma ação, não pressupõe uma ação de constituição ou de aderência a um essencialismo. Estabelecer-se como comunidade implica em uma ação sob o acúmulo de sedimentos históricos a partir do ímpeto de produzir a própria vida, enquanto sujeito, indivíduo e, conseqüentemente, coletivo.

É possível estabelecer, a partir da ideia essencialista de comunidade como um núcleo ontológico que determina a formação e a interação dos indivíduos que o compõem de uma forma organicista, uma relação muito clara com determinadas performatividades que ao mesmo tempo expressam e sustentam esse ideário. Performatividades como a religião (Deus), o Povo, a Nação, os movimentos sociais e a Cultura buscam, em algum nível, assim como quem canta o hino nacional antes de qualquer evento formal, estabelecer um movimento unificador, chegar a um estado de fusão subjetiva entre os membros de um coletivo, e apoiam essa ação em uma base ideológica que a constrói como essencialista, orgânica. Nesse caso, se tratando de algo tão formador e estruturante como a comunidade, não permitem a formação da individualidade e da identidade “por fora” da essência comunitária, o que origina castrações violentas e pouquíssimo espaço para dissidências e diversidades.

Para fins de contraste e comparação, tomo agora a liberdade de introduzir um corte brusco, um salto para a temática central desse artigo – o teatro. Em um tempo anterior, mas próximo à discussão acerca da impossibilidade e da falência da concepção essencialista de comunidade levantada por Nancy a partir dos anos 1980, vimos surgir, na maior parte da América Latina, a partir da década de 1970, fortíssimos movimentos de reformulação dos meios de produção teatral que caminhavam em direção a, dentre outras coisas, práticas de criação coletiva

dentro do teatro de grupo.

Apesar de ser impulsionada e estimulada por inúmeros movimentos de cunho político, cultural e social, é no mínimo curioso que tal movimento tenha se espalhado e se estruturado com tanta força em grande parte dos países do sul global justo em um momento de descrença profunda no ideal de unidade e de comunidade essencialista (vide as experiências socialistas e ditaduras, sobre as quais, justamente, Nancy apoia essa descrença). O esforço no qual a criação coletiva se lança de reformular as metodologias de criação cênica de forma a transformar as obras em resultado de diferentes personalidades e individualidades, transformando, antes disso, os sistemas políticos econômicos de organização de grupo e tirando a centralidade criativa da instância da direção ou da dramaturgia, em muito se assemelha às demandas dessa comunidade-que-não-pode-ser.

Ou seja, uma comunidade que não consegue se reconhecer em sua tradição busca um movimento consciente de tomada de ação sobre sua própria história e formação, tem em mãos uma escola importada de técnicas (importadas da centralidade teatral canônica do eixo Europa–América do Norte) e precisa definir, a partir de suas práticas e relações, como seguir enquanto comum, enquanto comunidade.

Seria possível, então, estabelecer conexões entre o surgimento da criação coletiva no teatro e a crítica à ontologia do comum construída por Nancy no início dos anos 1980? Essa é a questão que propulsiona esse ensaio.

Em busca de alguns indícios que demonstram essas conexões, me utilizo da importante obra de Silvia Fernandes (2000), intitulada *Grupos teatrais: anos 70*. Nela é possível encontrar um registro da formação e da opção pela criação coletiva eclodindo no Brasil durante esses anos. O principal elemento que justificava a criação coletiva era a reorganização política dos grupos teatrais como cooperativas de produção, com firmas legalizadas em nome de vários sócios, divisão igualitária dos lucros e prejuízos dos projetos postos em cena. Essa configuração se estabelece como contraponto ao cenário econômico de grandes produções de teatro focadas no modelo produtora\artistas, no qual uma produtora, que funciona como uma empresa, capta e distribui os recursos nos processos de criação



sempre visando lucro individualizado.

O cenário das cooperativas cria uma realidade bastante fértil para a ascensão da criação coletiva no Brasil. Criação coletiva, nesse momento, configura-se como uma prática dentro do processo criativo com características experimentais e de tensionamento de linguagem em que os grupos se organizavam de diversas maneiras, tendo em comum o compartilhamento de todas as funções, muitas vezes sem hierarquias ou predeterminações. A grande marca da criação coletiva brasileira dos anos 1970, e talvez seu algoz, foi a dissolução das funções de um processo criativo dentro do organismo-grupo, salvo algumas exceções que mantinham a figura do diretor como organizador do material criado a partir do trabalho de atuação. Era grande a parcela da crítica que apontava as mazelas desse modelo de criação. Montagens desorganizadas em sentido, coerência e unidade estética, a visível falta de uma linha de treinamento bem estabelecida e o tensionamento das pesquisas de linguagem até seus limites apontavam para um cenário de obras bem-sucedidas intercaladas com grandes fracassos de boa parte dos grupos de criação coletiva da década de 1970.

Em meados da década de 1990 no Brasil, depois do que se chamou A Década do Encenador, alguns grupos de teatro, como o Teatro da Vertigem, o Ói Nós Aqui Traveis e o próprio Teatro Oficina, se lançaram em tentativas de reformular uma nova proposta de criação coletiva que tinha como centralidade a dissolução da hierarquia criativa em processos focados no trabalho de atuação, ou seja, na qual a centralidade não estava mais na figura da encenação ou da direção. O material de cena é elaborado através de improvisações e de laboratórios focados na atuação e organizado pela instância da direção. Todo mundo participa da criação do sentido da obra, mas o faz dentro de funções específicas, que agora não são mais diluídas dentro da estrutura do grupo. A isso chamou-se criação colaborativa.

Pouco me interessa, nesse trabalho, aprofundar as distinções entre a criação coletiva e colaborativa no Brasil. Porém, essa pequena digressão faz-se necessária por conta da conhecida confusão entre ambas. Tendo dito isso, utilizarei aqui o termo criação coletiva como um guarda-chuva de práticas em que todos os integrantes do grupo, em diferentes níveis e formas, participam criativamente da concepção da obra e são responsáveis pelo sentido do produto cênico. Ou seja,



para além de uma participação criadora, que já é circunscrita na presença de um ator ou uma atriz dentro de um trabalho cênico, os integrantes do grupo (atores, atrizes, equipe de direção e técnica) também colaboram com a criação do sentido da obra na qual estão trabalhando, em um sistema de grupo organizado em uma cooperativa que se contrapõe politicamente ao sistema produtora\artista.

Neste sentido, organização político-econômica e construção artística e de linguagem se conectam intensamente.

Quase todas as equipes surgidas nos anos 70 fazem de seus espetáculos o resultado da escolha, do consenso e da participação de cada um dos seus integrantes. Daí a extrema diversidade de linguagem gerada por essa produção, que está ancorada na experiência singular de formação, vivência, projeto estético ou ideologia dos componentes das equipes (Fernandes, 2017, p. 15).

A tendência coletiva, que valorizava a presença de diferentes visões criativas na cena, em pouco se assemelhava com a minúcia e a especificidade do olhar focado na direção e na encenação, o que acabava por resultar em obras bastante diferentes. Essas pesquisas de linguagem foram fortemente impulsionadas por influências brechtianas para a construção de um teatro politicamente engajado, que refletisse sobre seu tempo, gerando uma dramaturgia, poéticas e estéticas cênicas próprias e, muitas vezes, metodologias de criação e de treinamento específicas que caracterizavam o trabalho dos grupos. Para que esse teatro fosse possível, então, era preciso lidar com a materialidade histórica brasileira e com as especificidades da herança teatral brasileira.

Diferente do teatro europeu, no qual encontramos grupos que sustentam suas práticas na sua herança tradicional e longa, que se entendem como grupo a partir da sua história, como uma ontologia de comunidade, o teatro de grupo e de criação coletiva da década de 1970 no Brasil precisou tomar posição acerca da sua história e de toda sua negatividade e precariedade e constituiu esse ato em cena, transformando-o em cena, em propulsão para criação.

Nesse sentido, o modelo de criação coletiva sempre supõe, ao mesmo tempo em que cria a obra, a criação do próprio coletivo. A história da grande maioria dos grupos que pautavam suas práticas na criação coletiva é a história das suas



criações, assim como podemos ver no Teatro da Vertigem, que construiu seu esboço de metodologia através da criação da trilogia bíblica. A obra cria-se juntamente com o grupo e vice-versa.

Assim, dentro de uma dinâmica de um grupo, especialmente quando engajado na criação coletiva, pouco se encara como ontologia. O nível de política organizacional que precisa existir para que o coletivo se mantenha em pé e em criação é tanta que qualquer ideia essencialista de comunidade parece demasiado utópica ou romântica. Apesar disso, a crença na possibilidade de organizar um grupo em torno de uma prática coletiva parece, justamente, um voto de fé em uma certa concepção de comunidade. E o é, não em uma concepção de comunidade ontológica, mas sim de uma comunidade.

Tal qual sugere Nancy em sua crítica, uma comunidade se constrói a partir da ação dos indivíduos que a compõem como tal, uma comunidade-grupo. Não por uma via histórica, uma herança tradicional, uma essência de estar em comunidade que condiciona a relação de grupo e a participação dos sujeitos, mas por uma prática de manutenção dessa comunidade pelos elementos que a compõem, que produzem a si mesmos, em contexto de criação, como comunidade-grupo.

Esse ato de produzir-se enquanto comunidade-grupo pode ser visto quando olhamos para o sistema cooperativista dos coletivos, que determina materialmente as bases e os rumos desse organismo através de todos os seus integrantes, sistema esse que reverbera no contexto de criação, que se propõe a descentralizar e a desterritorializar a instância da direção da sua exclusividade na construção do sentido da obra. Ademais, o próprio estabelecimento da criação coletiva na década de 1970 no Brasil como um contraponto ao sistema de produção focado em empresas produtoras foi, essencialmente, um ato de pensar sobre si enquanto movimento coletivo e de formação de comunidade-grupo. Tudo isso busca construir, de maneira consciente, a estrutura relacional e política do grupo e constrói, também, a dimensão artístico-poética de suas obras.

O objetivo aqui não é buscar entender a criação coletiva no teatro como um movimento que mimetiza o que Nancy estabelece como crítica a uma ontologia

do comum, porque são dois campos de apreensão e de representação diferentes. O que busco é relacionar a existência de algumas características comuns a ambos, mais especificamente identificar características da crítica de Nancy que também são fundantes da ideologia que sustenta a criação coletiva, compreendendo-a como uma possível resposta metodológica, dentro da linguagem teatral, à falência da concepção ontológica de comunidade essencialista.

Quando Nancy propõe que estar em comum não é algo concebido a partir de uma natureza ontológica e essencialista e que estar em comunidade é um dado constitutivo de seres que produzem a própria existência enquanto comunidade, o que acarreta em uma ação sobre a materialidade da própria vida e da própria história – compartilhada enquanto experiência e construída enquanto comunidade –, creio que a maior contribuição a ser destacada para um processo de criação teatral e coletiva é, justamente, a importância de trazer consciência ao ato de agir sobre a própria construção, enquanto indivíduo, dentro do processo de criação e, conseqüentemente, de constituição dessa comunidade-grupo. Em termos práticos, creio que este pressuposto se traduziria em assumir a constante crítica como ética de relação, afinal:

La comunidad nos acontece en el fracaso, en la sociedad, en el comunismo, en el individualismo bajo la forma de una espera, de un acontecimiento y un cuestionamiento que se sitúa siempre en las antípodas de toda empresa (Hewstone; Lagos, 2010).

Dada essa inversão, há que procurar por pistas que possibilitem a reunião dessa comunidade-grupo no lado avesso da empreitada de constituir-se como tal. É no erro, na impossibilidade e na sua crítica que se constrói o grupo e, a partir dele, o processo de criação coletiva. Assim, para além de uma crítica esterilizante e paralisante, na busca por não igualar uma comunidade inoperante a um grupo inoperante, traçando vetores que propulsionem processos de criação coletiva, é imprescindível ressaltar: estar em comum, no caso da criação coletiva em teatro, é, constantemente, ativamente e conscientemente, construir esse comum através de sua prática. Assim como, em contexto de criação, construir a cena, a linguagem e a estética é também constituir relações, dentro do direcionamento ético específico que é a criação coletiva, e, assim, é também construir a própria comunidade-grupo.



A linha tênue entre a compreensão desses movimentos enquanto ontológicos (estar criando em estado de grupo, produzindo através dessa criação uma espécie de comum relacional, independente da manutenção ou até da consciência) ou enquanto construções ativas e conscientes é justo o que busco alcançar com esse ensaio. Não no sentido de defini-la, porque creio que essa fronteira possui limites borrados e móveis, mas no sentido de posicioná-la em um horizonte de pesquisa e investigação, revelando-a dentro da própria estrutura da comunidade-grupo.

Referências

FERNANDES, Silvia. A criação coletiva do teatro. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-21, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101021998013>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FERNANDES, Silvia. *Grupos teatrais: anos 70*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

HEWSTONE, Carlos Roa; LAGOS, Vani Albornoz. De la comunidad mítica a la comunidad de las finitudes; una introducción al pensamiento de la Comunidad Inoperante de Jean-Luc Nancy. *Revista Observaciones Filosóficas*, Valparaíso, n. 10, 2010. Disponível em: <https://www.observacionesfilosoficas.net/delacomunidadmitica.htm>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MENDES, Alexandre. Da ontologia do comum ao fazer-multidão: possibilidades e limites do pensamento Jean-Luc Nancy. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 28-50, 2012. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/898. Acesso em: 10 jan. 2026.

NANCY, Jean-Luc. *La comunidad inoperante*. Santiago de Chile: LOM Ediciones/ – Universidad ARCIS, 2000.

Recebido em: 03/06/2025

Aprovado em: 31/01/2026